

HABEAS CORPUS Nº 514.878 - MG (2019/0166412-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : GABRIEL SILVA FERREIRA DE BRITO
ADVOGADO : GABRIEL SILVA FERREIRA DE BRITO - MG120404
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WESLEI MARTINS DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WESLEI MARTINS DOS SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006, ao cumprimento da pena de 7 (sete) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 700 (setecentos) dias-multa, porque teria, "*na companhia do adolescente I.B.V, e com finalidade mercantil, guardado oito tabletes de maconha, pesando 2,038kg (dois quilos e trinta e oito gramas), sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar*" (e-STJ fl. 29).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi desprovido nos termos da ementa ora transcrita (e-STJ fl. 28):

PENAL ESPECIAL – TRÁFICO DE DROGAS – MATÉRIA FÁTICO- PROBATÓRIA – ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – IN DUBIO PRO REO – INAPLICABILIDADE – VALIDADE DO TESTEMUNHO POLICIAL – FASE DE APLICAÇÃO DA PENA – PENA-BASE – REDUÇÃO – INVIABILIDADE – CAUSA ESPECIAL DE REDUÇÃO DE PENA DO ARTIGO 33 §4º DA LEI Nº 11.343/06 – APLICAÇÃO – NÃO-CABIMENTO – AUSENCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS – MITIGAÇÃO REGIME PRISIONAL – INADMISSIBILIDADE – CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS.

- A palavra dos policiais constitui prova idônea a fundamentar a sentença condenatória, tendo os seus depoimentos o mesmo valor probante atribuído às pessoas não pertencentes aos quadros da polícia – desde que, por óbvio, sejam isentos de má-fé ou suspeita – devendo prevalecer, pois, sobre a negativa isolada do réu.

- No delito de tráfico de drogas, a fixação da pena deve considerar a natureza e a quantidade da substância apreendida, nos moldes do artigo 42 da Lei nº 11.343/06.

- *Restando demonstrado nos autos a dedicação do agente às atividades criminosas, afasta-se a possibilidade de aplicação da causa especial de redução de pena prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06.*

- *Nos moldes do artigo 33, §3º, do Código Penal Brasileiro, o magistrado, ao fixar o regime prisional ao delito, deve levar em consideração as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do CP e ainda, em relação ao tráfico de drogas, a personalidade e conduta social do agente e da natureza e da quantidade da substância entorpecente, conforme artigo 42 da Lei 11.343/06.*

Na presente impetração, a defesa assere que "o PACIENTE sustentou a aplicação da minorante prevista no artigo 33 §4º da Lei 11.343/06, entretanto negaram o direito, infringindo assim Lei Federal. Também infringiram as Súmulas do STF 718 e 719 e demais dispositivos ao aplicar regime de cumprimento de pena mais gravoso" (e-STJ fl. 4).

Assim, pugna pela redução da pena e pela alteração do regime inicial fixado para o início do cumprimento da pena.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao

tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

